

Contribuições da análise dos discursos midiáticos: da interpretação dos dados à crítica das práticas discursivas e sociais

Alain Rabatel¹

Tradução: Suzana Cortez², Rosalice Pinto³ e Carla Teixeira⁴

Tradução do texto original “Les apports de l’analyse des discours médiatiques: de l’interprétation des données à la critique des pratiques discursives et sociales”.

Nota sobre a tradução: A primeira versão deste texto foi publicada em francês na revista *Dacoromania*, vol. XVIII-1, pp. 33-50, 2013. A versão atual foi revista, com uma análise mais precisa dos exemplos para facilitar a compreensão dos leitores brasileiros, na segunda parte, e foi aumentada na terceira parte.

Refletir sobre as contribuições teóricas e/ou descritivas de análise dos *corpora* midiáticos convida a retomar certo número de progressos teóricos (elaboração de novas problemáticas, renovação de análises antigas ou, ainda, aprofundamento dos conceitos, seguindo o exemplo

¹ Doutor em Ciências da Linguagem pela Université de Metz, é professor da Université de Lyon 1, ICAR, na França.

² Doutora em Linguística pela UNICAMP, é professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Recife/Brasil.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Nova de Lisboa, é pesquisadora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL) e do Centro de Investigação sobre Direito e Sociedade (CEDIS) da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal.

⁴ Doutora em Linguística pela Universidade Nova de Lisboa, é pesquisadora do CLUNL, em Portugal.



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR.

da contribuição de Oprea 2012 para a análise da cortesia e de suas relações com a violência verbal) possíveis devido às análises descritivas desse tipo de *corpus*. Para responder à questão, é fundamental definir de onde se fala.

Indico, logo de início, que a resposta que darei a essa questão se inscreve na linha de uma reflexão mais vasta sobre a noção de engajamento (RABATEL, 2013b), a partir da qual tinha tentado revisitar alguns dos meus trabalhos anteriores. É essa reflexão que continuo, apoiando-me nos mesmos trabalhos, mas propondo um estudo inédito de um *corpus* que constitui objeto de duas publicações complementares (RABATEL, 2014a, 2014b). Minhas análises de discurso, que dizem respeito a gêneros e a formações discursivas também diversificadas (discurso midiático, evidentemente, mas também discursos literário, didático e religioso), situam-se em um quadro teórico idêntico (linguística textual, com uma particular atenção às problemáticas enunciativas e argumentativas) e são atravessadas por questionamentos comuns: marca da subjetividade⁵ mesmo nos casos de apagamento

⁵ A língua comporta traços de subjetividade, na maneira de conceber, nomear os referentes, de qualificá-los, modalizá-los, de quantificar e organizar as predicções, de escolher este ou aquele plano de enunciação etc. A marcação da subjetividade ultrapassa as marcas lexicais, as quais Kerbrat-Orecchioni (1980) evidencia, e se abre à organização dos discursos com marcas, feixes de marcas ou de índices coocorrentes. Este alargamento complexifica a noção de marca de subjetividade implícita, na medida em que a organização dos discursos, dos argumentos, apoia-se nas estratégias dos locutores que nem sempre as explicitam. Qualquer que seja a opção eleita, entende-se que o sentido (explícito ou implícito) é uma representação (HAILLET, 2007), sujeita aos cálculos tanto do enunciador como daqueles a quem ele atribui o papel de coenunciadores ou de colocutores eventuais, além das escolhas de denotação do *dictum*, na medida em que as predicções denotam os referentes e, ao mesmo tempo, como que em justaposição, informam (sem forçosamente comunicar) o ponto de vista do enunciador sobre o objeto, sobre a forma como ele quer fazer partilhar esse ponto de vista (PDV) (RABATEL, 2008a). Consequentemente, um PDV não corresponde necessariamente à opinião explícita de um enunciador (quer se trate do enunciador primeiro ou de um enunciador interno), mas corresponde à sua maneira de representar os referentes. Não se trata da ideia de atualizar um querer dizer exterior à língua pelo sujeito, dono do seu discurso. O que é fundamental é o que é dito, e, nessa perspectiva, o ouvinte ou o leitor é decisivo, mais que o locutor, que é, além disso, o seu próprio ouvinte (MAHRER, 2012). A análise dessas marcas é muito mais complexa que o dialogismo intrincado das vozes, dos PDV, logo, das subjetividades; é também tanto mais complexa pelo fato de que a descrição linguística, por mais precisa e minuciosa que seja, não pode descartar as escolhas interpretativas do analista, as quais retomarei em 3.1.

enunciativo⁶, apagamento aparente⁷ como consequência da visada argumentativa direta (AMOSSY, 2006), pontos de vista em confrontação (RABATEL, 2008a), posturas enunciativas (RABATEL, 2012a). O que também identifica minhas análises é um aporte filosófico baseado na convicção de que a linguística deve, sem dúvida, estudar as línguas, mas deve ser também uma disciplina de contribuição, que não deixa de se desafiar, ao buscar a interdisciplinaridade, com um papel de questionamento ativo frente às outras ciências, que se esquecem de questionar a língua, sobre a qual apresentam uma concepção utilitarista e transparente.

Quanto à questão das contribuições, é possível responder a estas de várias maneiras, e a minha resposta será necessariamente parcial. Tomarei como ponto de partida um estudo de caso, a rubrica “Désintox” (“Desintoxicação”), do jornal *Libération*, que apresentarei brevemente (1), antes de analisar um certo número de estratégias de escrita a serviço da crítica, (2) que me permitirão depreender relações entre descrição linguística e reelaborações teórica (responsabilização⁸, responsabilidade) ou epistemológica (correlações entre subjetividade e objetividade, interdisciplinaridade) e sublinhar certo número de implicações sociais (papel da crítica, engajamento) (3).

⁶ Apagamento enunciativo (CHARAUDEAU, 1992; VION, 2001), naturalização (KLINKENBERG, 2009, p. 47), “retórica da não retórica” dos discursos científicos acadêmicos (LATOUR, 2010, p. 99) põem em evidência estratégias de agentes (individuais ou coletivos) que visam ao apagamento, à naturalização e ao universal.

⁷ Nota de tradução (NT): Aparente no sentido daquilo que “parece ser”, e não como visível ou em destaque, como o termo “apparent” em francês e “aparente” em português podem significar.

⁸ NT: Traduzimos “prise en charge” como responsabilização para diferenciar de responsabilidade enunciativa.

1 Apresentação da seção do jornal

“Désintox” (“Desintoxicação”) surge no *Libération* desde o final de 2008 com uma regularidade de um a três artigos por semana, tendo, muito raramente, dois artigos por página, como é o caso apresentado abaixo (Ilustrações 1 e 2, reproduzindo a página 6 do *Libération* de 09/02/2002). Na versão impressa, cada artigo tem aproximadamente 600 palavras e começa citando a informação equivocada (“Intox”), antes de desconstruí-la numa segunda parte (“Désintox”).

6  LIBÉRATION JEUDI 9 FÉVRIER 2012



DÉSINTOX

Crédit impôt recherche: Eric Besson et ses effets miracles...

«Le simple fait que le coût du crédit impôt recherche ait été multiplié par trois en quatre ans veut dire que les efforts de R&D en France ont été multipliés au moins par trois en quatre ans, donc ça marche.»

INTOX

Eric Besson ministre de l'Industrie, sur BFM TV, le 15 janvier

DÉSINTOX

C'est une des fiertés de Nicolas Sarkozy. Alors que l'ensemble des partis mettent l'accent sur l'innovation, la recherche et développement (R&D), la réforme du crédit impôt recherche (CIR) est présentée comme un succès. Et tant pis si depuis la réforme, les doutes existent sur les effets d'aubaine et l'augmentation colossale du coût du dispositif (de 1,7 milliard d'euros en 2007 à plus de 4,5 milliards aujourd'hui). Des critiques balayées par le ministre de l'Industrie, Eric Besson, le 15 janvier sur BFM TV: «Le simple fait que ce soit 4,5 milliards prouve que cela marche. Le fait qu'il ait été multiplié par trois en quatre ans veut dire que les efforts de R&D en France ont été multipliés au moins par trois en quatre ans, donc ça marche.»

Goutons le sophisme: le crédit impôt recherche permet d'inciter les entreprises à investir davantage dans la R&D. S'il coûte trois fois plus depuis 2007, c'est que les entreprises dépensent trois fois plus en R&D: la formulation du ministre de l'Industrie est tout à fait trompeuse. On voit mal comment la dépense en R&D des entreprises en France (proche de 25 milliards en 2007) pourrait magiquement avoir triplé parce que l'aide fiscale est passée en quatre ans de 1,7 milliard à 4,5 milliards. En fait, un regard rétrospectif sur le bilan du CIR depuis 2008 montre même que les dépenses de R&D des entreprises (Dirde, dans le jargon) ont moins progressé que le coût budgétaire du CIR. Selon Benoît Mulkay, professeur à l'Université de Montpellier et auteur de rapports sur la question, la Dirde est passée de 24,7 milliards d'euros en 2007 à 26,9 milliards en 2010, soit une augmentation de 7,8%, ramenée à 4,3% si on déduit l'inflation. Une augmentation de 2 milliards, alors que sur la même période, le CIR a vu son coût augmenter de quelque 3 milliards d'euros. Dans un rapport au Parlement en avril, on lisait: «Entre 2007 et 2008, les financements publics à la R&D ont augmenté de 2,9 milliards d'euros alors que la Dirde a augmenté de 1 milliard.» Il y a une première explication à cela, qu'occulte le ministre: l'inflation du coût du dispositif depuis 2008 tient d'abord au fait qu'il est beaucoup plus généreux. Alors que le CIR était calculé jusqu'à 2007 en fonction de l'augmentation des dépenses de la R&D, il est désormais assis sur la totalité des dépenses de la R&D déclarée par les entreprises, avec un taux de crédit d'impôt de 30% pour une première tranche jusqu'à 100 millions d'euros de dépenses, puis 5% au-delà. Conséquence: pour un investissement égal dans la R&D, une entreprise a profité plus largement du crédit d'impôt en 2008 qu'en 2007. Les principaux bénéficiaires ont été les grands groupes. Comme le reconnaît le rapport parlementaire de juin 2010: «Le montant total du CIR qui est attribué aux grands groupes est multiplié par trois, mais pour un nombre quasiment stable d'entreprises bénéficiaires. Cette progression n'est donc que le reflet du passage au nouveau mode de calcul du crédit d'impôt.» La stagnation relative des dépenses de R&D depuis 2007 ne signifie pas pour autant que le dispositif est un échec total. Ses défenseurs notent qu'il a permis une progression, même faible, de la recherche privée dans un contexte de crise. Ou qu'il profite de plus en plus aux PME. D'autres insistent sur le fait que l'effet d'entraînement du CIR en matière d'investissement en R&D ne pourra se mesurer qu'à moyen ou long terme. Il ne fait aucun doute que ce débat sur les effets positifs du CIR, et sur ses effets d'aubaine, continuera. Mais l'efficacité du dispositif ne peut se jauger, comme veut le faire croire Eric Besson, à l'aune d'un triplement fictif des dépenses de R&D depuis 2007.

CÉDRIC MATHIOT

Ilustração 1



«Le crédit d'impôt recherche est une espèce de faveur et un effet d'aubaine inouï puisque ceux qui en ont profité, ce sont les banques.»

Jean-Luc Mélenchon
candidat du Front de gauche, lundi au comité de rédaction de *Libération*

... Jean-Luc Mélenchon et ses effets d'aubaine pour les banques

C'est un grand classique du débat public. La même mesure sera encensée par celui qui l'a mise en place et décriée par l'opposition. Ainsi du crédit d'impôt recherche (CIR), cette carotte fiscale d'incitation à la recherche à destination des entreprises, réformée en 2007. Vanté au-delà de ses mérites par Eric Besson (lire ci-dessus), le CIR nouvelle version est critiqué avec la même outrance de l'autre côté du spectre politique. Jean-Luc Mélenchon, invité à *Libération* lundi, n'a pas fait dans la nuance: «Le crédit d'impôt recherche est une espèce de faveur et un effet d'aubaine inouï puisque ceux qui en ont profité, ce sont les banques.»

INTOX

DÉSINTOX

cherche tourne mal. Cet outil censé aider les entreprises innovantes, tout particulièrement dans l'industrie, se rait en train de renflouer les caisses des banques. Ses chiffres semblent fiables puisqu'il les tire des comptes du ministère de l'Enseignement supérieur et de la Recherche. Dans son rapport d'information, il se fend ainsi d'une mise en garde: les services bancaires et d'assurance seraient la première catégorie bénéficiant du CIR, avec plus de 300 millions d'euros (sur un total de 1 679 millions en 2007). Le chiffre paraît d'autant plus énorme que l'année précédente, ces entreprises n'avaient touché que 11 millions du même gâteau. Quatre mois plus tard, Valérie Pécresse, alors ministre de la Recherche et de l'Enseignement supérieur, rectifie le tir. Si les chiffres ont été multipliés par 30 en un an, c'est à cause... de l'Insee. L'organisme à l'origine des statistiques a changé ses «nomenclatures d'activité» en modifiant des catégories. Les holdings des groupes industriels ont démenagé. Elles entrent à présent dans la case «Secteur bancaire, assurance, assistance et conseil». Et elles pèsent lourd: 34% du crédit d'impôt recherche alloué chaque année par l'Etat leur est destiné. L'idée que le secteur bancaire rafale la mise est bien installée. Pourtant, la plupart du temps, les activités des holdings n'ont rien à voir avec la finance. La majeure partie d'entre elles – souvent des maisons mères à la tête de nombreuses filiales – contrôlent des entreprises industrielles ou des sociétés de services non financiers. Une holding paie l'impôt sur les sociétés pour ses filiales intégrées et, en contrepartie, cumule les crédits d'impôt de ces mêmes filiales. Si cette fonction est bien financière, l'activité des filiales, elle, ne l'est pas. Depuis, et face à l'affolement général, le ministère de la Recherche a refait ses calculs, en réaffectant les holdings dans leur catégorie d'origine. Après rééquilibrage, on voit que c'est bien l'industrie manufacturière qui touche l'essentiel des avantages (65% du CIR en 2009). Quant aux services bancaires, ils ne récupèrent que 1,4% des crédits d'impôt. Ce que les chiffres ne disent pas, c'est si les holdings reversent bien les montants du crédit d'impôt recherche aux départements recherche et développement de leurs filiales. Puisque rien dans la loi ne les y oblige, l'utilisation réelle des CIR reste floue. Jean-Luc Mélenchon pourrait donc accuser le crédit d'impôt recherche de nombreux maux. Il pourrait s'interroger sur la destination des fonds. Il pourrait attaquer l'optimisation fiscale qui permet aux grands groupes de contourner le plafond de dépenses de 100 millions d'euros. Il pourrait aussi regretter que 6% des plus grosses entreprises se partagent près de 60% de l'avantage fiscal en volume. Mais le renflouement abusif des banquiers, lui, ne fait pas partie de la liste.

DELPHINE LEGOUTÉ

SUR LE BLOG

De quoi alimenter notre nouveau «**bobaromètre**»... Laurent Wauquiez recalcule la TVA sociale, Claude Guéant récidive avec son intox sur le PS et la suppression de places de prison et François Hollande recommence avec les chiffres de la hausse des violences aux personnes. desintox.blogs.liberation.fr/blog/

Ilustração 2

Os idealizadores dessa rubrica⁹, G. Launay et C. Mathiot, fazem uso do *fact-checking*, uma prática de atacar ou verificar as afirmações errôneas dos políticos (*Libération*, 27/12/2011). Esta prática, seguindo a tendência atual a favor das formas curtas, dramatiza as informações e os conflitos e se beneficia das facilidades oferecidas pela *web* e pela digitalização no confronto rápido com as fontes. Ela, que se situa como uma prática jornalística exigente, condenando as mentiras do discurso político, simula um posicionamento ético e comprometido com a política, e poderia até ser louvada, em nome da liberdade jornalística e das exigências de um jornalismo que se interessa pela vida política de seu país, ou mesmo estigmatizada, em nome da “sacrossanta” exigência de neutralidade (cf. KOREN, 1996). Veremos isso mais de perto, à luz de uma análise linguística aclarada por problemáticas sociais, em relação aos mecanismos de tomadas de decisões coletivas em função dos interesses da coletividade.

⁹ Analisei a questão da genericidade em Rabatel (2014a).

2 Uma descrição linguística à luz de um questionamento ético-político

Esclareço, desde já, que as observações que se seguem têm primeiramente uma intenção descritiva, visando a descrever aquilo que fazem os jornalistas. No entanto, a descrição não é incompatível com a reflexão sobre a pertinência de certos efeitos, que se imbricam¹⁰ (porque a distinção é difícil) com certa finalidade crítica. Contudo, apontar falhas não significa ter sempre uma resposta, nem mesmo que essa resposta retorne ao linguista. Isso decorre de um trabalho coletivo. A descrição crítica visa a dar visibilidade ao que se vê mal. Ela diz respeito a todos, tal como será visto, assim como ao linguista e às suas formas de fazer.

2.1 Avanços

A seção “Desintoxicação”, cujas publicações de setembro de 2011 a março de 2012 eu analiso — com um dossiê de balanço no final de dezembro de 2011—, é diametralmente oposta aos artigos que reduzem ao máximo o discurso primário devido à montagem de citações... inclusive para construir os fatos (RABATEL, 2006, 2010c). Os jornalistas de “Desintoxicação” aumentam a importância quantitativa e qualitativa do discurso primário, opinando sobre a consistência dos fatos e dos números a partir dos quais são construídas as argumentações dos políticos e as suas próprias contra-argumentações¹¹ (RABATEL, 2014a).

¹⁰ Não se pode afirmar que a descrição linguística alimenta uma reflexão social sem ser afetada pela mesma; a fundamentação teórica influencia o *corpus*, as respectivas análises, a escolha de instrumentos, o que justifica a escolha do termo “imbricação”.

¹¹ Ao contrário da naturalização das suas escolhas em outras ocasiões (RABATEL, 2008b).

Esses julgamentos são assumidos de forma clara e espetacular pelo locutor/enunciador primeiro¹² em segmentos estratégicos do texto, como é o caso dos títulos (exemplos (1) a (9)) e das conclusões dos artigos (exemplos (10) a (21)). São esses elementos que destacarei aqui.

Os títulos desempenham um papel de atrator, respondendo a uma visada de captação que se apoia numa dimensão lúdica, com figuras e jogos de palavras, segundo uma característica própria do *Libération* (KERBRAT-ORECCHIONI, 2011). Essa dimensão lúdica é logo anunciada e igualmente assumida por L1/E1, testemunhando, assim, a subjetividade do jornalista através da escolha de uma crítica sob um formato lúdico e distanciado. Dessa forma, (1) assinala um isolexismo que faz com que as supressões se virem contra o seu autor, pois é mais fácil acabar com a extinções de vagas de trabalho (no discurso e nas estatísticas) do que extinguir o desemprego.

(1) Baroin extingue as extinções de vagas de trabalho
(25/11/2011).

Os enunciados, contudo, seriam igualmente subjetivos sem as figuras e os jogos de palavras: mesmo que o isolexismo fosse suprimido, a subjetividade da crítica estaria presente, por exemplo numa formulação denotativa do gênero: “Baroin subestima as extinções de vagas de trabalho” ou “Baroin esconde as extinções de vagas de trabalho que o incomodam”. Assim sendo, a escolha de uma crítica formulada de um modo lúdico, ou figurativo, aumenta a dimensão crítica na medida

¹² L1/E1 é o locutor (L1) na origem física da produção do discurso. É, também, o enunciador primeiro (E1) na medida em que se responsabiliza pelos PDV que são os seus, quer dizer, que os assume como verdadeiros. O discurso primário é, em primeira análise, a totalidade de um artigo de “Desintoxicação”. Contudo, em segunda análise, os fatos são mais complexos, já que os artigos compreendem referências a outras fontes enunciativas, em particular, por meio de numerosas citações com as quais E1 não necessariamente concorda nem discorda. O discurso primário de L1/E1 apenas assume esses discursos reportados quando ele, E1, marca explicitamente que concorda com eles. Como consequência, o discurso primário assumido por L1/E1 é mais curto que o discurso primário assimilado na totalidade de um artigo.

em que ela reforça a sensação (voluntária) de jogo com a verdade, tornando plausível a ideia, como será visto, de que os políticos são mentirosos profissionais, pela ação, por omissão ou pela manipulação da verdade... Essa tese é igualmente alimentada nas ilustrações 1 e 2 devido ao fato de que os dois artigos, na mesma página, repetem o lexema e o adjetivo possessivo “seus efeitos”, a escolha do qualificativo (“efeitos milagrosos”, “efeitos inesperados”) e a reiteração que autoriza a reverter a ação dos sujeitos sobre eles mesmos. Como as ilustrações 1 e 2 deixam entrever, as figuras e os jogos de palavras desempenham ainda mais essa função crítica pelo fato de estarem repetidos na mesma página ou de página para página, tal como nos exemplos (2) a (4) em particular, que, assinalando descristalizações¹³, remetem à estratégia de “se voltar contra ele mesmo”.

(2) DufLOT cai sobre o painel solar (10/01/2012).

(3) Eva Joly escurece o quadro verde¹⁴ (02/12/2011).

(4) Aumento do salário dos professores: Luc Chatel embeleza o quadro (09/12/2011).

O exemplo (5) baseia-se numa relação (“prise de tête”[embate]/ “dette” [dívida]) que indica um conflito em torno da dívida que emerge de um embate pouco sério entre egos.

(5) Embate sobre a dívida entre Sarkozy e Peillon. (14/11/2011)

[Prise de dette entre Sarkozy et Peillon]

¹³ NT: traduzimos “défigement” por descristalização com base no dicionário de Análise do Discurso de Patrick Chreaudeau e Dominique Mangueneau, cuja tradução brasileira foi publicada no Brasil em 2008, pela Editora Contexto.

¹⁴ NT: O exemplo (2) é a tradução de *Eva Joly noircit le tableau vert*. Em francês, a expressão “noircit le tableau” significa fazer uma descrição pessimista da realidade. Desse modo, o acréscimo da palavra “vert” é o que caracteriza a descristalização.

Os exemplos de (6) a (8) jogam com o referente, mostrando uma defasagem entre a função de especialista das finanças (Baroin é ministro da finanças, e Cahuzac é presidente da comissão das finanças da Assembleia Nacional (6)) e seus erros na forma de organizar as cifras: assim, em (8), os cálculos do ministro das finanças, que deveriam ser absolutamente justos e confiáveis devido à sua função, são considerados “maus cálculos”, equivalentes, no espírito da seção, às “contas falsificadas” do seu adversário, em (6). Da mesma forma, Besson refere-se à indústria automobilística floreando a realidade...

(6) As contas falsificadas de Jérôme Cahuzac
(14/12/2011).

(7) Besson, o embelezador (23/11/2011).

(8) Os maus cálculos de François Baroin sobre as propostas
do PS (02/12/2011).

Definitivamente, essas figuras remetem, de forma alusiva, a um PDV implícito (o do jornalista) em contradição com o discurso dos políticos, isto é, com a ideia de que os políticos não se preocupam em respeitar as verdades que os incomodam. Mas esse PDV do jornalista crítico é facilmente identificado, visto o caráter explicitado pelo jogo de palavras. E, por vezes, não há necessidade de decodificar o implícito, evidenciado na força pejorativa do lexema “besteira”, como demonstra a figura da antítese de (9), que se alimenta de uma silepse acerca de “mínimo”, reenviando, por um lado, a uma medida financeira considerando as pessoas mais idosas, por outro lado, ao seu sentido habitual que introduz uma relação antitética com “máximo de

besteiras”. Em todos os casos, o jogo de palavras, subjetivo, está a serviço da crítica, objetiva, e isso é o fundamental.

- (9) O mínimo de velhice gera um máximo de besteiras
(09/12/2011).

Quanto às conclusões, estas reformulam com clareza o raciocínio, retomando de modo crítico o ‘intox’ inicial, justificando a presença quase sistemática de frases negativas em cada final. O julgamento negativo (no plano sintático e semântico) é aqui eventualmente assumido de forma direta pelo discurso primário, como nos exemplos de (10) a (16):

- (10) Royal não teve este escrúpulo (19/01/2012).
(11) Eva Joly não consegue bons números nem bom prazos
(02/12/2011).
(12) O que diferencia a aprovação de Sarkozy, e desqualifica a afirmação de Peillon (14/11/2011).
(13) Mas, nesse contexto, François Baroin nem se dá ao trabalho de precisar se é o custo em um ano, em meio-século ou mesmo em um século (?). O importante é alcançar um número considerável de 150 milhões... pouco importa se não quiser dizer absolutamente nada (02/12/2011).
(14) Fala de especialista [Claude Guéant] (28/12/2011).
(15) Menos do que Aubry espera disso. Mais do que a direita admite (28/12/2011).
(16) Há sem dúvida argumentos para defender a ideia que mais vale investir na educação do que em penitenciária. O [argumento] de Cahuzac não vale grande coisa (14/12/2011).

Uma outra estratégia é o julgamento negativo como espécie de intermediário, mais frequentemente uma citação (exemplos (17)-(18))

que, por fim, sustenta a análise, mostrando o erro do autor do intox. Em muitos desses casos, a citação é a de uma instituição, mas também pode ser a de um amigo político, o que, em contrapartida, põe em evidência, além do erro, a má-fé na medida em que a citação é a prova viva de que outros políticos (a maioria ou a oposição) não agem do mesmo modo.

(17) Mas os magistrados demonstram igualmente que o locatário do Eliseu esmagou ainda mais o déficit, para 0,7 pontos acima do PIB. « O déficit estrutural foi agravado em 2006 e 2009 devido a medidas de decréscimo por longo tempo dos impostos e das cotizações e um crescimento dos gastos públicos.» Juppé não deve ter lido esta passagem (28/01/2012).

(18) O exagero de Pierre Moscovici surpreende ainda mais pelo fato de o deputado de Doubs ter vindo à rádio com um folheto do programa de François Hollande, publicado nessa mesma manhã. Neste folheto, está escrito: « Em dez anos, a direita concedeu aos lares mais abastados e às maiores fortunas mais de 50 bilhões de euros de presentes fiscais que aumentaram a dívida e as ilegalidades sem qualquer tipo de benefícios para o crescimento e o emprego» (28/01/2012).

A crítica à pessoa é ainda maior quando a citação é do autor do intox. No caso, o jornalista retorna a fala do falsificador contra ele mesmo, como nos exemplos de (19) a (21):

(19) E reconheçamos ao deputado de Saône-et-Loire que de agora em diante, quando ele citar novamente o relatório Coti-Champsaur, ele trate de precisar que a análise inclui a política fiscal dos governos «desde 1999» (28/12/2011) [A. Montebourg].

(20) Dizer que a França é o único coveiro da energia solar é pois, segundo a expressão de Cécile Duflot, « aberrante» (10/01/2012).

(21) Então, embora o ministro se orgulhe – «que outro país tomou uma tal medida» –, não convence muita gente (09/12/2011) [Luc Chatel].

Por todas essas razões, os jornalistas de “Désintox” se apresentam como jornalistas preocupados com acordos deontológicos, respeitando as fontes, verificando, investigando. Estes fazem ainda mais do que respeitar a deontologia. Discutindo as questões, posicionam-se de igual para igual com os políticos, reivindicando modos de argumentação política de boa-fé, apoiando-se em fontes fiáveis, discutindo-as de modo a escapar às lógicas maniqueístas, dando prova de um trabalho ético, político, que permite ao corpo social reencontrar as vozes de um *cogitamus* (LATOURET, 2010), de um “nós” (MULHMAN, 2004; RABATEL, 2011, 2014a, no prelo). Essa dimensão é clara nos discursos meta-reflexivos que revelam as argumentações de má-fé, as generalizações abusivas, o exagero das responsabilidades do adversário e a inferiorização das suas, o uso tendencioso dos números: ver *supra* (1), (11), (12), (15), (19). Contudo, é necessário distinguir o texto dos artigos dos títulos, mesmo que haja discursos primários dos jornalistas nos dois casos. Pois, os jogos de palavras dos títulos reportam-se substancialmente aos pré-construídos linguísticos (através das descritalizações) ou a um interdiscurso dóxico relativo às pretensões duvidosas dos políticos, como mostra a antítese de (9). Em síntese, a crítica do discurso primário é enviesada, contrapondo de maneira

ambígua, segundo uma doxa demagógica, o povo *sain*¹⁵ às elites que vivem numa relação delicada com a verdade.

2.2 *Questões pendentes*

A escolha da denominação das colunas, “intox” e “desintox”, não é inocente. Do mesmo modo, não são inocentes a escolha exclusiva dos políticos, a natureza reativa da proposta, os limites de um processo de verificação que pode focalizar os erros reais mas secundários, e tangenciar o essencial, ou ainda a ausência de questionamento sobre a pertinência de certas práticas polêmicas em contexto de luta pelo poder, cuja crítica não se esgota em uma concepção normativa e relativamente puritana de um certo “falar verdadeiro e argumentar justo”.

a) A denominação da seção orienta para uma representação do discurso dos políticos como mentira voluntária, manipulação, e o dos jornalistas, como redirecionador da verdade. Certamente, deve-se levar em conta que nem todos os intox são da mesma ordem e, portanto, há críticas mais sutis do que o quadro das denominações pode fazer pensar. No entanto, a sua reiteração faz sentido... A opção de realçar constantemente aproximações de má-fé, nem tanto de um artigo para o outro (o que é próprio da seção), mas dentro de cada artigo, do título até o desfecho, teatralizado com uma certa encenação lúdica, intensifica a carga desprestigiante. As acumulações de procedimentos críticos, sua circularidade, regularidade, sistematicidade, podem passar da denúncia de uma proposta à denúncia de toda uma profissão, visto

¹⁵ NT: Optamos por não traduzir o termo “sain”, que em francês remete à ideia de sanidade/ser “são”, na construção “o povo são às elites que vivem” a fim de evitar problemas na compreensão do período.

que a maioria, como a oposição exagera, mente... No caso da ilustração reproduzida, esse aspecto é ainda reforçado quando os dois artigos na mesma página retomam os títulos em eco: do primeiro título “Crédito imposto pesquisa: Eric Besson e os seus efeitos milagrosos...” [Crédit impôt recherche: Eric Besson et ses effets miracles...] ao segundo “Jean-Luc Mélenchon e os seus efeitos inesperados para os bancos” [...Jean-Luc Mélenchon et ses effets d’aubaine pour les banques] (*Libération* 09/02/2012), as reticências indicam uma única predicação ininterrupta, baseada em jogos de aparência, em falsas semelhanças: “os efeitos” opõem-se à realidade, fazendo lembrar os comediantes ou os advogados provocando “efeitos de espetáculo”, em suma, exagerando. E o mais grave: o fato de que tanto a direita como a esquerda, a maioria e a oposição partilham os mesmos defeitos. A minha formulação é muito discutível, pois, no caso, o que é posto em causa são dois políticos e não dois campos políticos. Dito isto, a abertura do “Désintox” consagrada a Mélenchon, escrita pelo jornalista, começa assim: “É um grande clássico do debate público. A mesma medida será valorizada por aquele que a pôs em prática e denegrida pela oposição”. O jornalista situa o quadro da polémica ao nível da simulação de papéis, “clássico”, e a escolha do futuro só faz confirmar o que já é previsível. Logo, a interpretação generalizante será conciliada. Contudo, será possível retrucar: não se está fugindo um pouco da questão, estando mais chocado pelas palavras do que pelas práticas reais? Esta é a questão. Não que eu prefira “pecar em silêncio” como Tartufo! Simplesmente, penso que essa reconstrução da realidade é distorcida, porque ela minoriza as situações, as regras da polémica e reduz os políticos a estas práticas estéreis, enquanto que há muitas outras situações nas quais os políticos

escapam à sua caricatura. A crítica é sempre legítima, mas temos o direito de interrogar sobre a forma e a pertinência da crítica. E a quem se opusesse a nós, afirmando que os jornalistas só fazem refratar os defeitos, eu só poderia contrapor parafraseando Cocteau¹⁶, que “melhor fariam os espelhos se refletissem do que refratassem”. A fórmula convida a uma reflexão sobre a responsabilidade dos jornalistas (como é devido, mas a reflexão diz respeito a todos), o que me leva aos pontos b) e c) abaixo.

b) Interrogar apenas os políticos alimenta uma suspeita generalizada da classe política, o que vem assim confortar uma doxa populista e demagógica bem enraizada. Sem dúvida, um modo de evitar esse desfalque seria interrogar também todas as fontes de poder, poder econômico, poder religioso, poder midiático etc. Sem dúvida, assim seria possível considerar que certos pontos de vista opostos ao pensamento dominante fossem solicitados. Mas como os jornalistas só escolhem as políticas legitimadas pela mídia, eles pouco podem fazer fora desse viveiro tão homogêneo.

c) A conduta é reativa. Ela sempre deixa os políticos estabelecerem o quadro do debate. Como há muito mais audiência para a declaração errônea do que para a retificação, a corrida já está perdida de antemão.

d) A conduta pode favorecer a ideia de que os jornalistas respeitam a deontologia. C. Mathiot ou C. Lemieux fazem apologia a uma contra-ofensiva deontologicamente impecável de jornalistas que querem recuperar o controle em relação aos políticos. Ela é discutida

¹⁶ "Seria melhor que os espelhos refletissem um pouco antes de retornar as imagens" (excerto do filme *Le sang d'un poète*, Jean Cocteau). Parece-me que a minha paráfrase é melhor do que a fala de Cocteau, a qual já havia citado num texto de 2005 (in RACCAH, 2005, p. 113), atribuindo-a a Cocteau.

pelos jornalistas que consideram o *fact-checking* como uma vestimenta da moda, embora a verificação das fontes faça parte do B.A.BA da profissão de jornalista. Além disso, verificar as fontes é, apenas, uma parte do trabalho, já que a pesquisa dos fatos requer investigações que não se limitam a uma verificação posterior. Ademais, a verificação pode incidir em detalhes, deixando de lado o essencial. Foi assim que em 6/02/2012, Lilian Alemagna assina um artigo intitulado “Mélenchon, 'o Leste Republicano' e o 'negacionismo midiático’”, recusando as críticas de Mélenchon (a imprensa regional não teria falado do seu encontro em Besançon e seria tão partidária quanto a imprensa nacional). Seguem-se a isso os desmembramentos do CSA e a réplica que a imprensa escrita levou em conta com sua vinda, tendo o FR3 privilegiado as visitas do dia em detrimento da reunião, da qual ele se deu conta no dia seguinte durante o informativo 12/14 do FR3, por razões de fechamento da edição. Isto é certo, mas a resposta real negligencia o fato de o jornal de meio-dia ser menos visto do que o da noite e de certos eventos serem mostrados ao meio-dia e à noite etc.

e) Enfim, a noção de má prática é mais complexa do que o que é evidenciado a partir das críticas do “Désintox”, só tendo sentido em um quadro e um gênero particulares: uma fala em assembleia política, ou no fogo cruzado das interações, não pode ser analisada segundo as mesmas restrições de uma declaração oficial etc. Certos discursos são discursos polêmicos, dimensão que se intensifica com a influência direta de implicações relativas à eleição presidencial. Neste caso, algumas aproximações são lícitas e adaptáveis ao quadro participativo e ao objetivo final, a vitória de um lado em relação ao outro. Certamente, é possível identificar, no discurso dos políticos, *falácias* contrárias a

uma argumentação racional, especificamente a regra 4 (“Uma parte só deve defender o seu ponto de vista desenvolvendo uma argumentação relativa a esse ponto de vista”), a regra 7 (“Uma parte não deve considerar que um ponto de vista foi defendido de maneira conclusiva se essa defesa não tiver sido elaborada segundo um esquema argumentativo adequado e corretamente aplicado”), a regra 9 (“Se um ponto de vista não foi defendido de maneira conclusiva, então o proponente deve retirá-lo. Se o ponto de vista foi defendido de maneira conclusiva, então o oponente não deve mais contestá-lo”), a regra 10 (“As partes não devem utilizar formulações ambíguas ou de uma obscuridade susceptível de engendrar confusão; cada expressão deve ser interpretada por cada uma das partes do modo mais cuidadoso e com a maior pertinência possível”) (VAN EEMEREN; GROOTENDORST, 1996, p. 229-235). As críticas sistemáticas do “Désintox” ganham em normatividade aquilo que perdem em pertinência. Parece preferível interrogar criticamente sobre a pertinência das infrações ao contexto, tendo em conta os formatos e as implicações do combate político em tensão com valores dificilmente conciliáveis, a luta pelo poder de uma facção ou os esforços para construir valores comuns para além das facções políticas.

3 Algumas contribuições teórico-práticas para a análise da mídia

Em síntese, as práticas de *fact-checking* marcam um progresso em relação às práticas anteriores, de onde advém a sua generalização, como o “Désintox TV”, no canal Arte, no final do “28”. A escrita mistura certa subjetividade crítica com um esforço objetivo de confronto das

opiniões, dos argumentos. Há, aí, matéria para reflexão. A descrição desse *corpus* midiático, mesmo que seja parcial, permite colocar quatro questões teóricas importantes que ilustram algumas das contribuições da análise de discursos midiáticos relativas ao funcionamento dos discursos e respectivas análises em relação, também, à minha concepção de análise dos discursos midiáticos, que articula problemáticas linguísticas e sociais.

3.1 *A questão das relações entre subjetividade e objetividade*

Este *corpus* mostra que as ligações entre objetividade e subjetividade ganham ao serem articuladas. No entanto, o par subjetividade/objetividade é problemático em muitos pontos de vista. De um lado, porque a subjetividade (cf. *supra*, nota 5) está sempre presente, visto que é indiciada através de marcas, ou de feixes de marcas ou de índices heterogêneos, a partir dos quais a interpretação é complexificada em contexto dialógico, na medida em que os PDV subjetivos podem remeter a L₁/E₁, a locutores/enunciadores segundos ou mesmo a enunciadores segundos não locutores (RABATEL 2012, p. 28). Por outro lado, a objetividade ultrapassa a questão linguística, remetendo a considerações científicas, epistemológicas ou filosóficas. A objetividade existe apenas, no plano linguístico, enquanto uma tensão em direção à objetividade, através de enunciados com certa objetividade, enunciados que nunca são demasiado longos, dada a subjetividade radical da língua¹⁷ e do dialogismo da linguagem em

¹⁷ "Noutros contextos [nas outras ciências], há realidades, objetos dados, que se é livre de considerar em consequência de diferentes pontos de vista. Aqui [na ciência da linguagem], há, antes de tudo, pontos de vista, justificados ou falsos, mas unicamente pontos de vista, a partir dos quais criam-se secundariamente as coisas. [...] Eis aqui a nossa profissão de fé em matéria linguística" (Saussure, aproximadamente em 1910, *Cahiers Ferdinand de Saussure* 12, 1954, p.57-58, em *Problèmes de Linguistique Générale* 1 : 39-40, ver também SAUSSURE, 2002, p. 67).

interação. Ademais, a objetividade é compreendida frequentemente como verdade, colocando a possibilidade de uma análise científica dos objetos independentemente dos sujeitos, uma vez que o fato de levar em conta os pontos de vista dos sujeitos contrariaria antecipadamente qualquer conduta científica. Esta afirmação corrente é, no entanto, muito discutível, como relembra Latour, pois o conhecimento dos objetos complexos é enriquecido pela consideração dos pontos de vista particulares¹⁸:

O que é que lhes faz pensar que ‘adotar um ponto de vista’ significa ‘ser limitado’? ou especialmente ‘subjetivo’? [...] Não acreditem em todas essas besteiras sobre o fato de ser ‘limitado’ à sua própria perspectiva. Todas as ciências inventaram meios para se deslocarem de um ponto de vista para outro, de um quadro de referência para outro. [...] A isto chamamos relatividade. [...] Se eu quiser ser um cientista e atingir a objetividade, devo ser capaz de navegar de um quadro de referência para outro, de um ponto de vista para outro. Sem tais deslocamentos, eu estaria verdadeiramente limitado ao meu ponto de vista restrito (LATOUR, 2006, p. 210-213).

Um outro conceito de verdade permanece associado à adequação ao “real”. Mas esse critério de adequação ao real é rapidamente considerado insuficiente, da mesma forma que a vericondicionalidade¹⁹ também não coloca problemas para um enunciado como “o gato está em cima do tapete”. Pode considerar-se a verdade do enunciado se estamos seguros de que existe um gato, um tapete, e que este último se

¹⁸ Aqui, inicia-se a questão do objetivismo (que recuso) e do relativismo (que também recuso), em favor de uma concepção da verdade relativa, que deve ser construída pela consideração das opiniões diversas (ainda que sejam não contraditórias), remetendo para facetas de uma realidade complexa e em mudança: cf. Rabatel, 2013b.

¹⁹ Esta insuficiência reflete sobre a questão da responsabilização (cf. infra 3.3), muitas vezes associada ao fato de assumir um enunciado como verdade, verdade que, no plano linguístico, pertence a uma fonte (o locutor, a doxa, a ciência, etc.) que nem sempre corresponde a uma verdade científica incontestável — supondo-se que a ciência seja o domínio das verdades imutáveis (RABATEL, 2009, p. 77-81).

encontra debaixo do gato do qual se fala. Mas a maior parte dos nossos enunciados se baseia nas relações com a verdade mais complexa (“eu te amo”, “a vacinação é perigosa/útil apesar dos perigos”, “é preciso tornar o mercado do trabalho mais flexível”). Todos esses exemplos põem em cheque a vericondicionalidade, e remetem para pontos de vista putativos ou conflituais, pelo menos para PDV parciais ou que interrogam, estabelecendo uma relação complexa com a verdade, supondo que há UMA verdade. É esta a razão pela qual se deve tratar a verdade com a mais elementar das prudências (a *phronesis* aristotélica) no quadro do que denomino uma “ética da objetividade”, que é semelhante a uma “ética da subjetividade”, a qual ambiciona dar conta de uma maneira científica da subjetividade (RABATEL, 2013a, 2013b).

Uma outra dificuldade desta problemática está relacionada não somente com as diferentes formas de subjetividade, mas também com os diferentes níveis de subjetividade, com encaixamentos complexos. A subjetividade não se encontra apenas nos textos, e a sua análise, embora seja muito minuciosa e objetiva, indica a existência de escolhas interpretativas racionalizadas: essas escolhas são, primeiramente, controladas pela indicação de marcas internas ao texto, escolhas certamente justificadas ou justificáveis, que permanecem, contudo, como escolhas pessoais, no sentido em que um outro pesquisador poderia proceder a análises diferentes a partir de uma outra seleção de itens, ou mesmo a partir da mesma configuração, analisada com outros critérios. O linguista não sabe tudo e é por isso que a sua interpretação se torna mais fundamentada se o seu trabalho se apoiar em abordagens pluridisciplinares (cf. *infra*, 3.4), que representam outra forma de controle. Esse duplo controle permite, assim, que a interpretação não

caia nas falhas da análise do conteúdo ou nas da interpretação hermenêutica²⁰ (BOUTET, 2012, p. 116).

Uma terceira dificuldade está relacionada ao entrecruzamento das problemáticas da subjetividade e da objetividade. Assim, no *corpus*, o discurso primário compreende muitos traços *explícitos* de subjetividade, como se verificou com as figuras, com as avaliações e as qualificações. Mas esses traços explícitos de subjetividade se revelam a serviço do verdadeiro “objetivo”, como se vê no plano macro-discursivo: os títulos e as últimas frases dos textos anunciam ou reformulam, de uma forma subjetiva e dramatizada, a desconstrução objetiva de uma fala falaciosa através de todo um arsenal de desconstrução de aproximações e de mentiras graças ao deslocamento de modos objetivos de confrontação e de estabelecimento da verdade. Esta subjetividade exibida, comentada, está a serviço da objetividade para o jornalista. Mas essa implicação pode ser analisada de modo crítico em um outro nível, especificamente sobre a existência de uma forma de subjetividade *implícita*, não teorizada, subjacente às escolhas através das quais os jornalistas procuram, de forma objetiva, criticar, pois essas escolhas não são isentas de crítica — como se viu mais acima com os pontos de a) a e) —, que podem ser contra produtivos e minar a confiança dos responsáveis políticos, na política ou no político. Não obstante, não se concluirá, através do caso particular apresentado pelo *corpus*, que o caráter explícito da subjetividade e que sua articulação com a busca da objetividade estejam atrelados a um papel sempre positivo, sob o ângulo dos valores e do verdadeiro, e que, em

²⁰ Não obstante, a questão hermenêutica merece um exame mais completo, pois as posições de empatia do pesquisador podem justificar uma dada hermenêutica, de acordo com a dinâmica de atualização do texto através da leitura. Esta posição de princípio é, além disso, mais ou menos pertinente segundo os discursos, penso que em particular nas análises dos discursos religiosos (RABATEL, 2010, p. 180-182).

contrapartida, o caráter implícito esconderia sempre motivações negativas.

De um ponto de vista epistemológico, articular subjetividade e objetividade orienta a *pensar a subjetividade tão objetivamente quanto possível* (cf. supra) e também de *pensar a objetividade cedendo lugar à subjetividade*. Assim, não há dúvida de que esse modo do *fact-checking* traga vantagens em ser lido, além da busca de uma autonomia dos jornalistas políticos face ao mundo político, como uma luta interna no interior do campo jornalístico, entre autores e entre títulos que escolhem integrar em suas páginas, em suas transmissões, em seus sites, ou narrativa crítica espetacularizada. Aqui, a análise linguística deve ser particularmente enriquecida com o recurso às enquetes de sociólogos da comunicação ou através dos trabalhos dos cientistas políticos, a fim de permitir análises em tensão mais interessantes do mundo real, que deem lugar aos atores, aos conflitos, às trajetórias, às redes sem esquecer o peso das estruturas (LAHIRE, 2007; RABATEL, 2013a, p. 74).

3.2 Da Responsabilização à responsabilidade

O exemplo de “Désintox” convida a aprofundar as questões de responsabilização para os discursos primários (cf. COLTIER; DENDALE; DE BRABANTER, 2009; DENDALE; COLTIER, 2011). Mas é preciso ir além dessas reflexões, colocando a questão da relação entre responsabilização (RABATEL, 2009, 2012a, 2012b) e responsabilidade, relação que é mais clara hoje que no momento em que abordei essa reflexão (RABATEL 2004, 2005, 2006; RABATEL; CHAUVIN, 2006). Se há um vínculo entre responsabilização e responsabilidade, não há

superposição: é possível assumir propostas irresponsáveis, ser julgado responsável por uma proposta a qual não se assumiu, de não ser considerado responsável pelas propostas as quais, no entanto, assumimos. Há um *continuum* linguístico entre o que provém da problemática linguística e da problemática mais política da noção de responsabilidade, mas o que muda é o olhar sobre os fenômenos, a consideração dos efeitos sociopolíticos das tomadas de falas em situações diversas. Isto é ainda mais nítido com a noção de responsabilidade coletiva, que só pode ser aceita quando o político está interligado ao ético (RABATEL; KOREN, 2008; RABATEL, 2008b, 2010b, 2011a, 2013a, no prelo).

3.3 A questão da crítica

A análise dos discursos midiáticos coloca igualmente a questão da crítica — e também a do engajamento (cf. RABATEL, 2013b) — mas restrinjo-me aqui à questão da crítica em linguística, à dificuldade de distinguir algumas vezes descrição e crítica, embora deva se tentar fazê-lo. Tal como concebo, nada deve escapar à crítica: práticas sociais, valores, atividades de pesquisa, conceitos populares ou sábios da língua, mas também prática científica²¹: assim, o caráter fundamental da subjetividade linguística convida a destacar a fragilidade da distinção entre fatos e comentários, a interrogar os diversos regimes de verdade, os valores, as relações complexas entre especulação e ação. Para o linguista, é fundamental *desessencializar, desnaturalizar, questionar até as condições dos debates* (LATOUR, 2010, p. 167, p. 188-189). É a crítica

²¹ É a razão pela qual não subscrevo totalmente as posições da *Critical Discourse Analysis* (VAN DIJK, 1998; FAIRCLOUGH, 1992, 2003; WODAK, 2010, só para citar alguns trabalhos). Certamente, faço, às vezes, críticas a tal ou tal prática social, mas nunca o faço numa posição exterior, na medida em que os meus valores assim como as minhas análises linguísticas escapariam à vigilância crítica (cf. RABATEL, 2013b).

problematizadora, na qual há *repercussões políticas, éticas*, em oposição a qualquer discurso moralizador sobre os conteúdos ou as formas de dizer (RABATEL, 2010a, 2011b, 2013a, no prelo), em síntese, *contrário a toda a dimensão normativa prescritiva*. Isso obriga a uma certa *ética da crítica*: visar menos à crítica dos indivíduos ou a estigmatização de culpados do que ajudar a compreender ou a retificar visões e práticas errôneas. Não se trata de obrigar os jornalistas ou os pesquisadores a mostrar “a” verdade — porque a verdade também se constrói, ela é multifacetada (LATOUR, 2010) —, mas de interrogar, de modo crítico, essas práticas, na ótica de uma “ética da discussão” (HABERMAS, 1992), visando à retomada da cidadania (HONNETH, 1992)²².

3.4 Para práticas interdisciplinares

Uma última contribuição se refere ao fato de que a análise dos *corpora* midiáticos contribui para a difusão de problemáticas novas, com, no período, uma atenção crescente às práticas interdisciplinares. É surpreendente a esse respeito o número de revistas que, ao menos na França, estabelecem entrecruzamento de ângulos de ataque para analisar as mídias: assim, revistas como *Mots*, *Language et société*, que originalmente eram revistas de linguística, têm, atualmente, uma política voluntária para entrecruzar, em publicações temáticas, olhares de linguistas, de especialistas de comunicação, de sociólogos (das mídias), de cientistas políticos etc. Observam-se evoluções semelhantes por parte de certas revistas consagradas às ciências da informação e da comunicação (*Questions de communication*, *Communications*). Essa vontade de reunir um dossiê de análises originárias de diversas

²² Essa questão está relacionada à problemática do engajamento. Recomendo ao leitor Rabatel (2013b).

comunidades acadêmicas caracteriza-se pela pluridisciplinaridade, o que significa uma justaposição de disciplinas, permitindo um cruzamento de pontos de vista, alargando o conhecimento dos dados, dos instrumentos, dos métodos. Mas a pluridisciplinaridade não é a interdisciplinaridade, e, portanto, ao observar artigos isoladamente, verifica-se que cada disciplina permanece prioritariamente centrada nas suas problemáticas, sua identidade. O desafio, é, então, a emergência de problemáticas comuns, o intercâmbio de dados e de métodos em práticas cooperativas e abordagens teóricas híbridas²³. Assim sendo, a interdisciplinaridade começa a tomar forma, o que é algo adquirido, mesmo que seja, hoje em dia, difícil de prever os seus resultados.

Referências

- AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours* (2000). Paris : Armand Colin, 2006.
- BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale*. T. 1. Paris : Gallimard, 1966.
- BOUTET, Josiane. Une analyse de discours sociolinguistique. In: GRINSHUPUN, Yana; NYEE-DOGGEN, Judith (Éds.). *Regards croisés sur la langue française: usages, pratiques, histoire*. Mélanges en l'honneur de Sonia Branca-Rosoff. Paris : Presses de la Sorbonne nouvelle, 2012. p. 115-122.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris : Hachette, 1992.
- COLTIER, Danielle ; DENDALE, Patrick ; DE BRABANTER, Philippe (Éds.) *La notion de « prise en charge » en linguistique*. *Langue française* 162, 2009.
- DENDALE, Patrick ; COLTIER, Danielle (Dir.). *La prise en charge énonciative. Études théoriques et empiriques*. Bruxelles: De Boeck, Duculot, 2011.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and Contemporary Social Change*. Cambridge: Polity Press, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis. The critical Study ou Language*. 2. ed. London: Longman, 2010.

²³ Para um estudo recente, ver Załęska (2012).

- HABERMAS, Jürgen. *De l'éthique de la discussion* (1991). Paris : Flammarion, 1992.
- HONNETH, Axel. *La lutte pour la reconnaissance* (1992). Paris : Éditions du Cerf, 2000.
- HAILLET, Pierre Patrick. *Pour une linguistique des représentations discursives*. Bruxelles : DeBoeck, 2007.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. De la connivence ludique à la connivence critique : jeux de mots et ironie dans les titres de Libération. In: VIVERO GARCIA, Maria Dolores (Éd.). *Humour et crises sociales*. Paris: L'Harmattan, 2011. p. 117-150.
- KLINKENBERG, Jean-Marie. *Petites mythologies belges*. Liège: Les Impressions nouvelles, 2009.
- LAHIRE, Bernard. *La condition littéraire*. Paris: Éditions La Découverte, 2007.
- LATOUR, Bruno. *Changer de société ~ Refaire de la sociologie*. Paris: Éditions La Découverte, 2006.
- LATOUR, Bruno. *Cogitamus. Six lettres sur les humanités scientifiques*. Paris: Éditions de la Découverte, 2010.
- MAHRER, Rudolf (2012). Vers une linguistique de la parole, à partir de Benveniste. In : BRUNET, Émilie ; MAHRER, Rudolf (Éds.). *Relire Benveniste. Réceptions actuelles des Problèmes de linguistique générale*. Paris: L'Harmattan, Académia, 2012. p. 197-239.
- MAINGUENEAU, Dominique. Introduction, *Argumentation et analyse du discours* 9, 2012. <http://aad.revues.org/1345>
- MUHLMANN, Géraldine. *Du journalisme en démocratie*. Paris: Payot, 2004.
- RABATEL, Alain. La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. *Marges linguistiques*, n. 9, p. 115-136, 2005.
- RABATEL, Alain. *Homo narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Tome 1. Les points de vue et la logique de la narration. Tome 2. Dialogisme et polyphonie dans le récit*. Limoges : Éditions Lambert-Lucas, 2008a.
- _____. Pour une conception éthique des débats politiques dans les médias: répondre de, devant, pour, ou les défis de la responsabilité collective. *Questions de communication*, n. 13, p. 47-69, 2008b.
- _____. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée », *Langue française*, n. 162, p. 71-87, 2009.
- _____. Texte, communauté discursive et dynamique interprétative. In: L.S. Florea; C. Papahagi; L. Pop; A. Curea (Dir.) *Directions actuelles en linguistique du texte*, tome 1. Roumanie: Casa Cartii de Stiinta, Cluj-Napoca, 2010. p. 177-188.
- _____. La levée progressive du tabou des responsabilités socio-professionnelles dans les suicides en lien avec le travail à France Télécom, de fin août à octobre 2009. *Questions de communication*, n. 20, p. 175-198, 2011.

- _____. Positions, positionnements et postures de l'énonciateur. *Tranel*, n. 56, p. 23-42, 2012a.
- _____. Sujets modaux, instances de prise en charge et de validation. *Le Discours et la langue* 3-2, p. 13-36, 2012b.
- _____. Ethique, point(s) de vue et rapport aux différents régimes de vérité, In : GUERIN, Charles ; SIOUFFI, Gilles; SORLIN, Sandrine (Éds.). *Le rapport éthique au discours*. Berne: Peter Lang, 2013a. p. 65-80.
- _____. L'engagement du chercheur, entre 'éthique d'objectivité' et 'éthique de subjectivité', *Argumentation et Analyse de Discours*, 11, 2013b. <http://aad.revues.org/1526>
- _____. La rubrique Intox/désintox de *Libération*. Nouvelle rubrique, nouvelle pratique journalistique, voire nouveau genre?. In: MONTE, M.; PHILIPPE, (Éds). *Des textes aux genres, Hommages à Jean-Michel Adam*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2014a. p. 103-116.
- _____. (2014b) La parole des politiques soumise à contre-enquête' représente-t-elle de la même façon la parole des hommes et des femmes politiques ?. In: SULLET-NYLANDER, F. ; ROITMAN, M. ; LOPEZ-MUNOZ, J.-M. ; MARNETTE, S. ; ROSIER, L. (Dir.) *Discours rapporté genre(s) et médias*. Stockholm : Stockholm University, Romanica Stockolmiensia, 2014b. p. 197-208.
- _____. La gestion des points de vue dans les conflits : responsabilité énonciative, valeurs et éthique. Madrid : M. Tordesillas (no prelo).
- _____; Chauvin-Vileno, Andrée. La "question" de la responsabilité. *De Semen*, n. 22, p. 5-24, 2006.
- _____; Koren, Roselyne. La responsabilité collective dans la presse. *Questions de communication*, n.13, p. 7-18, 2008.
- RACCAH, Pierre-Yves (Dir.). *Signes, langues et cognition*. Paris: L'Harmattan, 2005.
- ROULET, Eddy. *La description de l'organisation du discours*. Paris: Didier, 1999.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Ecrits de linguistique générale*. Paris : Gallimard, 2002.
- VAN EEMEREN, Frans ; Grootendorst, Rob. *La nouvelle dialectique*. Paris: Editions Kimé, 1996.
- VAN DIJK, Teun. *Ideology: a multi-disciplinary Approach*. London: Sage, 1988.
- VION, Robert. Effacement énonciatif' et stratégies discursives. In : DE MATTIA, Monique; JOLY, André (Éds.). *De la syntaxe à la narratologie énonciative*. Gap, Paris: Ophrys, 2001. p. 331-354.
- WODAK, Ruth. *The Discourse of Politics in Action: Politics as Usual*. 2. éd.). Palgrave Macmillan, 2010.
- ZALESKA, Maria. Ordre et chaos dans les disciplines. L'exemple de la rhétorique, *Semen*, n. 34, p. 35-50, 2012.

Recebido em 29/06/2016. Aprovado em 30/09/2016.